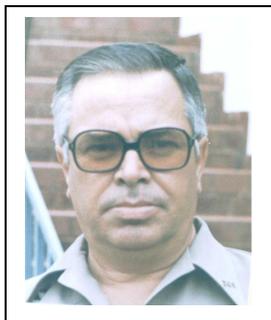


A INTRUSÃO FRANCESA NO AMAPÁ EM 1895- E O MASSACRE DA VILA AMAPÁ



Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Historiador Militar e Jornalista, Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) e sócio benemérito do Instituto de História e Geografia Militar e História Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e integrou a Comissão de História do Exército do Estado- Maior do Exército 1971/1974. Presidente emérito fundador das academias Resendense e Itatiaense de História e sócio dos Institutos Históricos de São Paulo ,Rio de Janeiro ,Rio Grande do Sul, Santa Catarina etc. Foi o 3º vice presidente do Instituto de Estudos Vale—paraibanos IEV no seu 13º Encontro em Resende e Itatiaia que coordenou o Simpósio sobre a Presença Militar no Vale do Paraíba, cujas comunicações reuniu em volumes dos quais existe exemplar no acervo da FAHIMTB doado a Academia Militar das Agulhas Negras. É Acadêmico e Presidente Emérito fundador das Academias Resende e Itatiaense de História, sendo que da última é Presidente emérito vitalício e também Presidente de Honra. Integrou a Comissão de História do Exército 1971-1974 e cursou a ECEME 1967/1969. E esteve presente nas comemorações da ECEME, tendo produzido Memória sobre aquelas comemorações disponíveis Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br

Artigo digitalizado para ser colocado na Internet em Livros e Plaquetas no site da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil www.ahimtb.org.br e cópia impressa no acervo da FAHIMTB doado em Boletim a AMAN e em levantamento para integrá-lo no programa Pergamium de bibliotecas do Exército

A INTRUSÃO FRANCESA NO AMAPÁ EM 1895-E O MASSACRE DA VILA AMAPÁ

Em 15 de maio de 1895, teve lugar na Vila Amapá, localidade principal do território contestado entre a França e o Brasil, entre os rios Oiapoque e Araguari, um sangrento confronto armado entre brasileiros e franceses, seguido de um massacre na população brasileira civil da Vila Amapá por tropas de Infantaria da Marinha da França, enviadas de Caiena a bordo da canhoneira **Bengali**.

Estas tropas foram enviadas com a missão de libertar o colaboracionista brasileiro Trajano, que representava interesses franceses, e de prender o líder militar e civil brasileiro Francisco Xavier Veiga Cabral (o Cabralzinho), do Triunvirato que governava o território contestado em nome de interesses brasileiros.

Este combate, de graves repercussões internacionais, passou à História como combate da Vila Amapá.

A Vila Amapá, em realidade Vila do Espírito Santo do Amapá (depois chamada Montenegro), nasceu na foz do Igarapé do Campo, à margem direita do rio Amapazinho.

O Igarapé do Campo comunicava-se com o lago Grande do Amapá.

A Vila Amapá era das mais movimentadas, em razão de sua situação geográfica. Para ela convergiam figuras importantes do Contestado e nela se estabeleceram brasileiros abastados vindos de Belém e de outros locais, atraídos pela Corrida do Ouro em pleno apogeu, pois o Contestado, área de 260.000 km², era cortado por rios auríferos que produziam anualmente 10 toneladas de ouro.

A disputa entre a França e Portugal e, depois, Brasil e França, pela posse do atual Amapá, se resumiu da forma abaixo.

Cronologia dos fatos da disputa pelo Amapá, com a França

1494 - 7 de junho - Tratado de Tordesilhas, entre Portugal e Espanha.

1533 - Portugal concedeu autorização para ocupação do atual Amapá.

1544 – Feitas concessões para ocupação do atual Amapá pela Espanha.

1637 - 14 de junho - Bento Maciel Parente recebeu de Felipe IV, de Castela, o atual Amapá como Capitania hereditária, através de carta de doação. O Amapá era, então, território da Costa do Cabo do Norte.

1697 - Os franceses tentaram a ocupação militar do Amapá.

1700 - 4 de março. Tratado entre Portugal e França.

1713 - 11 de abril. Tratado de Utrecht, pelo qual os franceses reconheceram como fronteira do Brasil com a Guiana Francesa o rio Vicente Pinzon ou Oiapoque, sob a mediação da rainha inglesa Anne.

1723 –1728. O Capitão-General do Grão-Pará e Maranhão, João Maia da Gama, além de expedições de rotina na costa do Amapá enviou ao atual Amapá 4 expedições militares comandadas pelos capitães João Pais do Amaral, Francisco de Mello Palheta, Diogo Pinto Gaya e Francisco Xavier Brotero. Eles reduziram as invasões da região pelos franceses da Guiana Francesa que, sob o governo de Claude d'Orvilhers, invadiam o Amapá para capturar e escravizar os índios. Foi aí que o Capitão Mello Palheta trouxe o café, que foi introduzido no Rio de Janeiro, e daí para Resende por volta de 1800, de onde se espalhou

por todo o Brasil. Por oportuno, vale lembrar que foi da Guiana Francesa que veio o nosso abacateiro, a palmeira imperial e a cana caiana (cana de Caiena), responsável, por 250 anos, por nossa produção de açúcar e aguardente.

1738 – Foi fundada Macapá, onde foi colocado um destacamento militar.

1748 - A região do atual Amapá foi denominada, por D. João, de Província dos Tucujus, ou Tucujulândia. O nome visava a planejamentos militares para a defesa da área e ao controle dos índios que habitavam a região, para usá-los como mão de obra, e dos soldados, para combater invasões de estrangeiros.

1751 – O Capitão-General do Grão-Pará Mendonça Furtado enviou expedição a Macapá, ao comando do Sargento-Maior João Batista do Livramento, levando soldados e colonos açorianos, que foram recebidos pelo comandante da praça, Manoel Pereira de Abreu, que estava em conflito com o padre Miguel Ângelo, pois este não era atendido em seus pedidos, inclusive alimentação.

1752 – O Capitão-General Mendonça Furtado chegou a Macapá levando o único médico, que clinicou, com remédios levados por si, colonos e militares atingidos por uma epidemia de cólera, controlando-a.

1758 – Em 7 de março o Capitão-General Mendonça Furtado retornou ao Amapá com numerosa comitiva para elevar Macapá a vila, criou a Câmara e empossou os vereadores.

Macapá passou, em 4 de fevereiro, à condição de Vila de São José de Macapá.

1764 - 29 de janeiro – Teve início a repotencialização da poderosa Fortaleza de Macapá, que dominava o principal canal de acesso á bacia Amazônica.

1770 – Formação do núcleo colonial de 340 famílias vindas de Mazagão, no Marrocos, África. O núcleo fixou-se no Amapá, em Nova Mazagão, às margens do Mutuacá. Para comandar a fortaleza em construção e a região, veio de Mazagão Lobo d'Almada.

1782 - 10 de março - conclusão da repotencialização da poderosa Fortaleza de Macapá.

1797 - 10 de agosto - Tratado ente Portugal e França. 1809- 12 de janeiro - Assinatura da ata de capitulação da Guiana Francesa às forças militares luso-brasileiras enviadas do Pará.

1817 - 17 de novembro - Início da desocupação da Guiana Francesa pelos luso-brasileiros.

1853 – Butenval, jurisconsulto francês, insistia na tese de considerar o rio Vicente Pinzon como sendo o Araguari e não o Oiapoque.

1853 - 1 de julho - O senador Cândido Mendes de Almeida apresentou projeto de criação da Província do Oiapoque.

1856 – Macapá é elevada à categoria de cidade.

1859 - As populações de Macapá e Mazagão fazem memorial ao parlamento pedindo criação da província.

1870 - As populações de Macapá e Mazagão repetem o memorial.

1885 - O romancista Júlio Gross, membro da Sociedade de Geografia da França, tentou criar a República do Cunani.

1889 - Mazagão é elevada à categoria de cidade.

1893 –Corrida do Ouro no Amapá, com a descoberta de ouro pelos irmãos Germano e Firmino Ribeiro, garimpeiros brasileiros, na bacia do rio Calçoene, que foi invadida por aventureiros de todas as nacionalidades, gerando violência, problemas de saúde e criando um clima de revolta na área. Face à descoberta do ouro, o governador da Guiana Francesa

ali colocou como seu delegado Eugene Voissin, que passou a fiscalizar o Contestado e desviar seu ouro para a Guiana, cobrando altos impostos e protegendo os mineradores franceses, em detrimento dos luso-brasileiros gerando, de 1893 até Nov94, um clima de intranqüilidade que resultaria numa revolta liderada por Cabralzinho e na invasão militar francesa, derrotada por Cabralzinho, que foi consagrado Herói do Amapá e general honorário do Exército Brasileiro.

1895 - 15 de maio - ataque francês ao Amapá, comandado pelo Cap Lunier, que foi morto por Cabralzinho. Combate que será abordado adiante.

1900 - 1 de dezembro - O Presidente da Confederação Suíça, Walter Hauser, Presidente da Comissão de Arbitramento, reconhece o direito do Brasil ao Contestado (o atual Amapá), sendo advogado do Brasil o Barão do Rio Branco, em razão de Rui Barbosa haver hesitado em assumir a defesa.

1901 - Decreto nº 938, de 21 de janeiro de 1901, incorporou o Amapá ao Estado do Pará.

A origem do Contestado entre os rios Araguari e/ou Oiapoque

Em 1841, os franceses mais uma vez contestaram a posse brasileira do território entre os rios Araguari e Oiapoque, até que decorreu esta região ser tornada neutra ou contestada.

Vale lembrar que o Brasil havia saído do período regencial marcado pela Revolta dos Cabanos no Pará, Revolta dos Balaios no Maranhão, Sabinada na Bahia e pela Farroupilha no Rio Grande do Sul, que ainda prosseguia.

Portanto, período favorável para os franceses pressionarem, e os brasileiros procurarem ganhar tempo.

Em 1881, moradores do Contestado, sob a liderança de Júlio Gross fundaram ali a República do Cunani, abrangendo território rico em ouro. "República" que avançava até Roraima atual.

A Vila Amapá era uma espécie de capital do Contestado, onde a febre do ouro ensandeceu seus moradores e acirrou a disputa França x Brasil por sua posse.

Aos poucos o Contestado se afrancesou, e o acesso às minas de ouro passou a ser negado aos brasileiros. Os interesses franceses eram representados por Eugene Voissin.

A revolta do Contestado sob a liderança de Veiga Cabral (Cabralzinho)

Em 10 de dezembro de 1894, quando o Brasil estava envolvido pela Guerra Civil na Região Sul e pela Revolta na Armada, 1893-95, os brasileiros do Contestado se revoltaram sob a liderança de Francisco Xavier Veiga Cabral.

Depuseram Eugene Voissin e o substituíram por um Triunvirato, constituído por Francisco Xavier da Veiga Cabral (o Cabralzinho), Desidério Antônio Coelho e o Cônego Domingos Maltêz.

O Triunvirato enfeixou poderes administrativos, financeiros e militares e teve, como encargo, organizar a chefia militar da região, organizando mais tarde o Exército do Amapá. Passou a adotar a Constituição do Pará.

O governador da Guiana Francesa nomeou então, como seu representante, o capitão Trajano, um negro humilde e aliado dos franceses, ou um colaboracionista, para os brasileiros, que teria passado a fazer o jogo dos franceses e a perseguir brasileiros. Trajano passou a exercer sua missão de representante de interesses franceses no Cunani, onde tentou refazer a situação anterior ao Triunvirato, afrontando-o.

Trajano foi convidado pelo Triunvirato para ir até a Vila Amapá, sendo encarregado da missão o Major Félix Antônio de Souza, que tentou em vão demovê-lo de seus atos contra brasileiros como ele.

Aí os ânimos se exaltaram, pois estava em jogo o futuro do Contestado. Houve revolta contra Trajano, por ser um brasileiro que se pôs a serviço da causa estrangeira.

Trajano foi preso e castigado fisicamente e levado para a Vila Amapá. E esta notícia se espalhou entre os franceses de Caiena da seguinte forma:

“Trajano, o representante de M. Charvein, e delegado do Governo de Caiena e portanto do Governo Francês, fora sevidado e preso na Vila Amapá.”

E a reação de Caiena não se fez esperar.

A reação militar de Caiena contra a revolta liderada por Veiga Cabral

Foi organizada em Caiena uma expedição militar com a canhoneira Bengali, transportando Infantaria da Marinha da França com a missão de libertar Trajano e prender seus raptos, (leia-se Cabralzinho).

A expedição teria por chefe o comandante Audibert, da canhoneira Bengali.

A expedição “**não deveria utilizar a força, senão em caso de absoluta necessidade e não empregá-la nunca em face de tropas do Exército Brasileiro**”.

A Infantaria da Marinha da França era constituída de um Destacamento de 60 homens, divididos em duas secções, cada uma com 30 homens. O comandante do Destacamento era o Capitão Lunier e seu imediato o tenente Destouf. Cada soldado levava 120 cartuchos de fuzil, deixando 80 em reserva na canhoneira Bengali.

A criação do Exército Defensor do Amapá

No curso da disputa pela posse do domínio do Contestado, o Triunvirato criou o **Exército Defensor do Amapá**, sem nenhuma ligação com o Exército Brasileiro, então voltado para combater a Guerra Civil no Sul, 1893-95 e a Revolta na Armada, 1893-94.

O Exército do Amapá foi criado em 27 de dezembro de 1894 pelo Triunvirato do Amapá nos seguintes termos:

“O Triunvirato do Amapá, eleito pelo povo, decreta o seguinte:

1º - Fica criado o Exército de Infantaria, defensor do Amapá, composto de 4 batalhões com 4 companhias cada.

2º - É nomeado General Comandante Geral do Exército, o Sr. Francisco Xavier da Veiga Cabral.

3º - São nomeados oficiais (seguia-se a relação de todos)”.

Os oficiais foram diplomados. O 1º Batalhão era comandado pelo Coronel Antônio C.

Vasconcellos e tinha por Estado-Maior o Tenente-Coronel Bernardo Batista da Silva, Major fiscal Raimundo Marcelino do Amaral, Capitão Ajudante Antônio de Carvalho, Alferes Quartel Mestre (intendente) Lucas Evangelista Pinheiro, Alferes Secretário Elizeu Leite. Comandavam suas companhias os capitães Manoel do Nascimento Cardoso, Pedro de Alcântara de Macedo Lima, João Gualberto da Costa e Estevão Antônio Alves.

O 2º Batalhão era comandado pelo Coronel Joaquim Felix Belfort e suas companhias eram comandadas pelos capitães Tertuliano Belfort, João Augusto da Silva, Felix Lopes de Sá e Pedro Henrique de Noronha Filho.

O 3º Batalhão ficou sob a direta orientação do Coronel Antônio Veiga, e suas companhias sob o comando dos capitães Cândido de Souza Teles, Manoel Roriz de Oliveira, Damázio Pedro de Minimeia e João Florêncio Lameira.

O 4º Batalhão era comandado pelo Coronel Antônio Pinto de Almeida, e suas companhias ao comando dos capitães Bento de Azevedo, João de Azevedo, Idelfino de Oliveira Tavares e Agildo de Araújo Maltês.

Levantaram-se recursos com comerciantes e proprietários no Contestado e foram concedidos títulos de **Generais protetores do Exército do Amapá** a personalidades eminentes do Amapá e Pará, entre eles o Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Pará e Antônio José Lemos, Prefeito do Pará.

Decorridos cerca de três meses da criação do **Exército Protetor do Amapá**, chegaram ao Triunvirato numerosas queixas contra Trajano, Delegado do Governo de Caiena. Entre elas esta queixa:

Queixas de brasileiros contra o brasileiro Trajano, a serviço de Caiena

“Senhores presidentes e membros do Triunvirato Amapaense.

O povo brasileiro residente em Cunani leva ao conhecimento de V. Ex^{as}. que o ex-capitão Trajano tem continuado aqui a hastear a bandeira francesa, depois de ter por várias vezes rasgado e pisado o nosso pavilhão e com impropérios tem sempre o insultado e à nossa cara Pátria Brasileira.

Trajano, Exm^{os} senhores, é brasileiro e essa razão mais influi para o seu grande crime.

Trajano tem metido a ferros e troncos cidadãos sem culpas nem crimes, cidadãos que aqui têm vindo por passeio, e como não lhe deixam as somas que exigia, sofriam tudo de martírio que Trajano e seus companheiros entendiam.

Pedimos a V. Ex^{as} a deportação desses indivíduos de nosso torrão, porque aqui só servem de estorvos ao progresso do brasileiro”.

Ainda em 25 de abril de 1895, o Triunvirato escreveu ao Conselho Municipal de Cunani:

“Este governo (Triunvirato), atendendo às queixas que tem recebido do infame procedimento que aí tem tido o degenerado brasileiro Trajano e seus comparsas, de desrespeito a nossa cara pátria, tendo tido o arrojo de rasgar e pisotear o pavilhão brasileiro e também perseguindo os nossos bons patrícios e patriotas que não se tem quando se sujeitar aos procedimentos como os ditos.

Atendendo que o fim de nosso governo (Triunvirato) é especialmente tratar do progresso do nosso território e, mais, acabar de uma vez para sempre com os abusos praticados por

brasileiros.

Resolve este Governo expulsar deste território o infame e mísero brasileiro Trajano e seus companheiros de igual procedimento.

Vão daqui encarregados deste governo a capturar o indivíduo Trajano e mais culpados, o dr. Major Felix Antônio de Souza, que tem como seus auxiliares o Cap Luis Borrvalho Bentes, Ten Sabino Leite e outros patriotas, que cumprirão as ordens dos encarregados desta diligência.

Recomendamo-vos todo o vosso auxílio para o mais breve possível serem capturados os criminosos a nos serem apresentados aqui para terem o destino que merecem.

Cumpram e façam cumprir sob pena de desobediência a este Governo.

Cidade do Amapá, 25 de abril de 1855.

Assinam Veiga Cabral e Antônio Gomes Lopes Pereira”

A missão da tropa da Marinha Francesa contra Cabralzinho

E a reação de Caiena assim foi feita:

O comandante Audibert, da canhoneira Bengali e comandante das operações recebeu a seguinte missão:

“Atingir a Vila do Amapá para retirar o capitão Trajano, que se acha prisioneiro e também o chamado Cabral, seu raptor. E no caso de nem Cabral nem Trajano se encontrarem na Vila, prender o número de reféns que julgar necessário”.

E prosseguem as instruções para a operação francesa, que Sílvio Meira reproduziu com detalhes em seu *Fronteiras Setentrionais - 3 séculos de lutas no Amapá* (São Paulo, SUP, 1989). Conhecedor da ameaça de ataque, Cabralzinho mandou cortar as árvores onde os franceses previamente, como preparativos para o ataque, haviam marcado o nível da maré.

E o ambiente na vila Amapá foi de agitação e intranqüilidade. Mas Cabralzinho, comandante do Exército Amapaense, incentivou a todos que o respeitavam e admiravam.

O contrabando de ouro, cacau e café para a Guiana era intenso.

O combate, seguido de massacre, de Vila Amapá, em 15 de maio de 1895

Há 107 anos, depois de o Brasil enfrentar na Região Sul e Sudeste as desgastantes Guerra Civil de 1893-95 e a Revolta na Armada de 1893/94 ocorreu este fato expressivo, atentatório à soberania brasileira na Amazônia, mas pouco conhecido episódio da História Militar Terrestre do Brasil.

Foi o do combate, seguido de massacre, da Vila Amapá, travado entre forças brasileiras, sob comando do intrépido e legendário General do Exército do Amapá, Francisco Xavier de Veiga Cabral (o Cabralzinho), e uma Companhia de Infantaria da Marinha francesa, sob o comando do Capitão Lunier, mandada pelo Governador da Guiana para libertar um colaboracionista brasileiro de nome Trajano.

Esse evento foi relatado competentemente, com todas as minúcias e circunstâncias, com apoio em fontes brasileiras e francesas, pelo historiador Sílvio Meira na obra *Fronteiras Setentrionais- 3 séculos de lutas no Amapá*, já citada, na qual o autor prestou grande contribuição à História Militar Terrestre do Brasil.

O combate foi travado num contexto interno adverso ao Brasil, no qual a França insistia, contrariando o art.107 do Tratado de Viena de 1815, em confundir nosso extremo Norte no Araguari e não no Oiapoque, o que seria definido em função do episódio em foco e a ação de Rio Branco, em Berna, em 1º de dezembro de 1900.

A tropa francesa aportou na Vila Amapá, a bordo da canhoneira Bengali. Desembarcou e tomou posições de combate.

Seu comandante, o Capitão Lunier, à frente de 20 homens, dirigiu-se à casa de Cabralzinho, que saiu altivo ao seu encontro.

Lunier perguntou-lhe três vezes se ele era o Governador do Amapá.

Cabralzinho respondeu - sim!

Então, Lunier deu-lhe voz de prisão e Cabralzinho respondeu-lhe determinado: “Um brasileiro não se rende a bandidos“!

Lunier então ordenou a sua tropa que fizesse fogo sobre Cabralzinho que então se jogou ao chão e os tiros passaram por sobre sua cabeça.

Lunier sacou seu revólver para alvejar Cabralzinho e este com extrema rapidez e agilidade, deu uma rasteira em Lunier e o desarmou.

E nova rajada da tropa não o atingiu. E, ato contínuo, alvejou à bala o Capitão Lunier e a seguir um tenente e um sargento que lhe foram em socorro. Matou os três, deixando a tropa francesa acéfala.

Seguiu-se cerrado e demorado tiroteio entre soldados franceses e brasileiros, que só terminou com a retirada dos franceses. Aí surgiu mais uma tropa de franceses, ao comando do Tenente Jean Destoup. Teve lugar o combate contra os brasileiros, tocados nas casas e matas, o que prosseguiu até às 14 horas.

Neste espaço, Cabralzinho defrontou-se num corpo a corpo com o porta-bandeira D'Escricenne. E terminou levando a melhor, ferindo-o à bala na cabeça e arrebatando-lhe a bandeira francesa, o seu revólver e a sua espada.

Pouco mais tarde, matou em duelo à bala dois marinheiros franceses. Um deles assassinara a menina Joana, de 12 anos, e o outro matara o prático do porto.

Sob pressão, a força brasileira retraiu para a mata. O porta-bandeira, parcialmente recuperado, incitou a tropa francesa ao saque, ao massacre e à destruição do mastro e da bandeira brasileira.

Do massacre, resultou a morte de 38 brasileiros, ferimentos em 22, tendo sido feitos dois prisioneiros.

A tropa francesa pagou o pesado tributo de retornar à Guiana derrotada, sem bandeira, com seis mortos e 22 feridos e com o peso na consciência de ter de explicar o covarde massacre e saque da Vila Amapá.

O intrépido Cabralzinho teve melhor sorte que o Tenente Antônio João em Dourados, em 1865.

Governava o Pará, de 1891 a 1987, o Coronel Lauro Sodré, abolicionista, republicano histórico, constituinte de 1891, senador de 1897 a 1917 e novamente governador do Pará de 1917 a 1930.

Era pai do Almirante Benjamin Sodré, que comandou o V Distrito Naval em Florianópolis, de 1949 a 1951 e que biografou seu pai na obra Lauro Sodré –vida, caracter e sentimento a serviço de um povo.Rio de Janeiro, s/d.

Ao Cel Lauro Sodré, Cabralzinho enviou o relatório do ocorrido, o armamento e o fardamento deixados pelos franceses quando da retirada de vila Amapá. Foi imprudente o governador de Caiena ao despachar um navio de guerra, com tropa de Infantaria de Marinha, sem ordem do governo francês; e também foi imprudente o Capitão Lunier, ao cumprir ordem do governador de Caiena, que lhe custou a vida e que provocou tantas e negativas repercussões internacionais.

Lições colhidas pelos franceses deste triste e lamentável episódio

O historiador Sílvio Meira, oficial da Reserva, por haver cursado o CPOR em Belém, apontou as seguintes lições, colhidas do episódio, com as quais concordamos:

“A guerra na selva não se ganha com o aparato de tropas de elite; Na selva, homens bravos, destemidos e rústicos, conhecedores de seus segredos, podem enfrentar tropas bem equipadas, armadas e treinadas, mas sem experiência em guerra na selva.

As forças morais (coragem, razão moral, destemor, fé na causa) constituem armas poderosas de difícil sujeição.

A defesa do lar ameaçado pelo invasor, por mais aguerrido que este seja, constitui motivação para rechaçar qualquer ataque”.

Os franceses revelaram inexperiência em combate na selva e não deviam ter invadido e massacrado civis em um território que era contestado.

Na análise do massacre da vila Amapá, vale este alerta do historiador citado, hoje muito atual:

“Estes exemplos históricos, esquecidos muitas vezes por entidades que tinham por dever revelá-los à juventude brasileira, devem sempre ser lembrados”.

O General do Exército do Amapá – Cabralzinho

Francisco Xavier da Veiga Cabral nasceu em 5 de maio de 1861, no Pará (em Cameté ou Belém?).

Com 30 anos viajou para os Estados Unidos, talvez em conseqüência de haver sido líder da Revolta do Corpo Policial em Belém, na madrugada de 11 de junho de 1891. Assunto a seguir abordado em A Revolta. Foi definido por um francês que residiu defronte à sua casa em Belém “como um homem ativo, enérgico, bom para tudo e pronto para qualquer missão”.

Foi subchefe de Polícia, depois jornalista e revolucionário.

Ele liderou, na madrugada de 11 de junho de 1891, uma revolta que o Diário Oficial do Pará de 13 de junho de 1891 aborda em detalhes, sob o título A Revolta, que é transcrita a seguir:

“A Revolta”

(Transcrita pelo Cel Jorge Diehl do Diário Oficial do Pará, Belém, sábado 13 junho 1891, a pedido da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, através do acadêmico Cel

Manoel Soriano Filho e adaptado à linguagem atual pelo autor).

Muito lamentáveis são os acontecimentos que se têm passado nesta capital (Belém), nestes últimos dias, levando o terror e o pânico ao seio das famílias.

À 1 hora, mais ou menos, da madrugada de 11 de junho, um bando de revoltosos, capitaneados por Francisco Xavier da Veiga Cabral (Cabralzinho), tendo de antemão entrado em conluio com sargentos e praças do Corpo de Polícia, apoderou-se do quartel assenhorando-se de armamentos e munições. Depois saíram acompanhados por grande número de praças e seguiram em direção à casa do Dr. Vicente Miranda, em frente da qual estiveram parados e daí dirigiram-se para a chácara Conceição, de propriedade do mesmo Dr. Vicente Miranda, no Cacoalinho, onde se entrincheiraram.

O Governo, como lhe cumpria, tomou todas as providências a fim de defender a cidade, salvaguardar as famílias e garantir o comércio e os cidadãos pacíficos.

Organizada a defesa, o Esquadrão de Cavalaria (Policial) devidamente municiado, foi reconhecer o lugar onde se achavam os revoltosos, seguindo depois para o mesmo local o 15º Batalhão de Infantaria, uma bateria do 4º Batalhão de Artilharia, marinheiros nacionais conduzindo metralhadoras, um contingente de bombeiros, Esquadrão de Cavalaria de Polícia ficando toda esta força sob o comando do bravo Tenente Coronel Savaget. A canhoneira Guarany atacou os revoltosos pelo lado do rio Guamá.

Depois de breve resistência foram debandados, entranhando-se nas matas, onde foram perseguidos pela força legal.

Ao cair da noite, a tropa recolheu-se aos quartéis, vitoriando (dando vivas), com entusiasmo, ao Governo, e sendo recebida pelo povo que, reconhecido a esses bravos e leais militares, os aclamaram em delírio.

A noite passou-se sem maior incidente. Pela manhã de ontem, o Esquadrão de Cavalaria, continuou na perseguição dos rebeldes, apoderando-se de grande número de espingardas e munições, entranhando-se eles ainda mais para o centro das matas, já dispersos, e em diversas direções. Acha-se, hoje, pois, a tranqüilidade pública restabelecida, graças à energia do ilustre governador Dr. Huet Bacellar Pinto Guedes, e à lealdade, heroísmo e dedicação da força de terra e mar.

Desde que a revolta foi conhecida na cidade, provocada por homens insensatos que, sem motivo e sem causa, levantaram o pendão da anarquia, o povo se colocou ao lado do governo, pronto para a defesa da ordem. A alfândega, as companhias de comércio puseram o seu pessoal à disposição do governo.

À frente das forças reunidas achavam-se os distintos militares: Capitão de Mar e Guerra Bernardinho José de Queiroz, inspetor do Arsenal de Marinha; General Bento Fernandes Júnior, Comandante das Armas e o General José de Magalhães, Inspetor dos Corpos de Milícia do Estado, que se houveram com a prudência e coragem características dos bravos.

O Arsenal de Guerra achava-se sob a guarda de seu ilustre diretor, Major Vasconcellos de Drumond, que determinou a defesa do estabelecimento militar sob sua direção, dando, por seu exemplo, coragem aos seus comandados, enérgicos e distintos oficiais, que mostraram que são dignos sucessores desses bravos e heróicos brasileiros, que em igual dia cobriram-se de louros na gloriosa batalha do Riachuelo.

Mostraram, mais uma vez, que quando a pátria precisa de seus serviços, os prestam com

heroísmo inexcedível.

Os batalhões de linha (do Exército) 15º de Infantaria e 4º de Artilharia, são dignos dos maiores elogios.

Logo que tiveram conhecimento da revolta e traição vergonhosa do Corpo de Polícia, prepararam-se para a luta e bateram-se como bravos na perseguição dos inimigos da pátria.

O soldado brasileiro, que proclamou a República no Brasil, tem o dever de sustentá-la e manter a ordem.

O 15º de Infantaria e o 4º de Artilharia deram um brilhante exemplo de disciplina, de lealdade, de patriotismo colocando-se ao lado da legalidade, ao lado do povo – Bravos! (louvor) a esses valentes e a seus distintos oficiais.

O Esquadrão de Cavalaria (de Polícia) e o Corpo de Bombeiros portaram-se com denodo inexcedíveis. Foram infatigáveis no desempenho da árdua missão confiada ao seu patriotismo.

A disciplina que reina nesses corpos, devida a boa organização dada pelos seus distintos comandantes e oficiais, que são dignos de todo louvor, pelo modo brilhante que se houveram, nos acontecimentos do dia 11.

Que contraste enorme entre esses leais militares, e a traição sem qualificação possível do Corpo de Polícia!

Esse Corpo tornou-se indigno de continuar a ombrear com soldados valentes, leais, patriotas, como mostraram ser - a Marinha, o 15º de Infantaria e 4º de Artilharia, o Esquadrão de Cavalaria e o Corpo de Bombeiros. Honra ao povo paraense, à força; ao enérgico, prudente e bravo governador do Estado".

O Governador era o Tenente de Marinha Duarte Huet de Bacellar Guedes, que sucedera o primeiro governador do Pará na República, Dr. Justo Leite Chermont, que foi convocado para ser o Ministro do Exterior. O Tenente Duarte governou o Pará por cerca de ano e meio. Seu Governo promulgou a Constituição do Pará, em 11 Jun 1891, justo no dia da revolta liderada por Cabralzinho. Em 24 de junho, decorridos 13 dias da Revolta, o Major Lauro Sodré foi eleito o primeiro presidente constitucional do Pará, cargo que exerceu por cerca de 5 anos e meio. Em 3 de novembro de 1891, Lauro Sodré foi o único governador do Brasil a não apoiar o Marechal Deodoro da Fonseca na dissolução do Congresso e adoção do Estado de Sítio.

E, pelo visto, contaria com o apoio de Cabralzinho, líder da Revolta de 11Jun1891 na conquista do Contestado no Amapá, conforme Sílvio Meira, o qual mencionou, que aquele, que expusera Belém, naquela data, ao perigo de sua revolta, por volta de 1894: "Era visto em relação constante com altos funcionários, auxiliares imediatos do Governador (Lauro Sodré), sob os próprios olhos deste Chefe deste Estado!

Ele vai e vem com toda a segurança do Pará ao território Contestado, recruta e organiza bandos, arma-os com fuzis de guerra, e ninguém protesta na cidade vítima de sua revolta?...

E não se é levado a pensar que Cabral recebeu mandato (de Lauro Sodré) para cumprir qualquer missão secreta, da qual só ele poderia encarregar-se, porquanto era mais capaz do que qualquer outro para a levar a bom fim".

Cabralzinho faleceu em Belém, em 18 de maio de 1905, às 5h 30 da manhã, com 44 anos.

É impositivo que no Pará e no Amapá se pesquise mais a vida de Cabralzinho, conquistador do Amapá em 1895.

Em 15 de março de 1895, o governador da Guiana Francesa, responsabilizado pelo massacre, foi afastado do cargo.

Cabralzinho foi reconhecido pelo Governo Brasileiro como herói nacional e foi-lhe concedido pelo Presidente da República o título de General Honorário do Exército Brasileiro.

Tudo indica que a ação de Cabralzinho foi executada com a orientação e o apoio do governador Cel Lauro Sodré, o que novas fontes poderão, seguramente, esclarecer, negando ou confirmando esse fato.

Em 1896, Cabralzinho viajou ao Rio de Janeiro para entrevista com o presidente Prudente de Moraes. Por onde passou foi homenageado como herói do Amapá.

Um orador inflamado falou:

“Se é grande o Cabral que nos descobriu, maior é o Cabral que nos defendeu”!
Ele desembarcou do navio Brasil no cais Pharoux, em meio a delírio popular, tendo merecido esta poesia.

Ao bravo general Veiga Cabral

Rola dos tempos pelo espaço, lento
Um todo imenso que a uma lei se indigna!
Que... no seu gravitar, seguro, atento...
Que o rege, senhor? Quem o domina?
Quem lhe dá força a centelha que fulmina,
Rebramidos do mar, furor ao vento.
Quem ergueu uma vez a mão divina,
Sentado irás ao túmulo elemento?
Esse, para quem é paz a guerra,
Dorme alerta em meio do escarcéu
Esse, que na morte a vida encena.
Quando da morte dissipar-se o véu
Dissipará também sonho da terra
Para por ti levar outro ao céu?

(João Antônio Magalhães. Diário de Notícias. 14Jun1896 – Belém - PA).

O final da grande disputa militar e diplomática pelo Amapá

Em 1897, o governador do Pará, José Paes de Carvalho anexou o Amapá ao Pará, sendo presidente do Brasil o Dr. Campos Salles.

Esta questão do Amapá teve fim em 1900, por felizes gestões do Barão do Rio Branco e laudo arbitral favorável do Presidente da Suíça, quando foram incorporados, em definitivo, 260.000 km² ao Brasil. E assim teve fim um grande e prolongado litígio com a França, que custou o derramamento de sangue e a perda da vida de brasileiros inocentes.

Ao finalizar, a nossa homenagem ao historiador e amigo Sílvio Meira, que tanto esclareceu

a questão, ao pesquisar e publicar sobre esse interessante e pouco conhecido tema. Homenagem ao gaúcho de Jaguarão, Joaquim Caetano da Silva, diplomata que foi Consul - Geral do Brasil nos Países Baixos, autor da obra em 2 Volumes L'Oyapock et l'Amazone, redigido em francês, e da qual se valeu o Barão do Rio Branco para defender os interesses do Brasil no Amapá. Essa obra contém poderosos argumentos, que não deixaram dúvidas sobre os direitos do Brasil sobre a área contestada entre os rios Araguari e Oiapoque.

A Colônia Militar do Oiapoque

Em 1840 , como já foi referido anteriormente, foi criada, junto ao rio Araguari, a Colônia D. Pedro II, que foi a 1ª criada no Brasil.

E em 1907, ela foi transferida para o rio Oiapoque, com o nome de Colônia Militar do Oiapoque, em Ponta dos Índios. Mais tarde, foi transferida para Santo Antônio, defronte à vila francesa de Santo Jorge.

Quando da fundação da Colônia Agrícola de Clevelândia, em 1922, esta Colônia Militar “possuía poucos soldados que viviam empéssimas condições pelos descuidos das autoridades da 8ª RM em Belém”, segundo o padre Rogério Alcínio em Clevelândia do Norte (Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1971), que estudou em detalhes a questão de Clevelândia e que registrou:

“E foi mesmo a ineficiência desta Colônia Militar de Fronteira no Oiapoque que, deixando a zona despovoada e à mercê dos estrangeiros, que determinou, junto com outros motivos, a fundação do Centro Agrícola de Clevelândia”. (Grifo nosso).

Hoje a fronteira no Oiapoque é guarnecida por uma Companhia Especial de Fronteira do Exército. E próxima a ela foi criada a Reserva Ambiental das Montanhas de Tumucumaque.

A Colônia Agrícola de Clevelândia, 1921/30

Com o objetivo de povoar, nacionalizar e desfrutar a faixa de fronteira com a Guiana Francesa, bem como coibir o contrabando e a atração pela França da área do antigo Contestado França - Brasil, foi criada junto ao rio Oiapoque (o grifo é nosso) a Colônia Agrícola de Clevelândia ou Centro Agrícola de Clevelândia.

Ela foi inaugurada em 5 Mai 1922. Os primeiros colonos chegaram no final de maio de 1921 e foram distribuídos ao longo da margem brasileira do rio Oiapoque. Os primeiros a chegarem para a inauguração foram militares do Destacamento de Fronteira do Exército. De julho a agosto de 1923, o Coronel Raimundo Barbosa, comandante da 8ª RM, visitou Clevelândia e registrou estas impressões:

“De visita a Clevelândia, levo na minha alma de patriota uma impressão eminentemente consoladora.

É que vejo neste afastado ponto do nosso vasto, formoso e amplo território, que o progresso incrementa, e a nossa soberania se assegura de modo indelével e o nosso povo, o heróico povo patriota, se robustece, se instrui e se aperfeiçoa.

Salve os obreiros desta cruzada, iniciada sobre os melhores augúrios e executada com

inteligência, dedicação e patriotismo”.

Mas estas positivas perspectivas sofreram rudes golpes com a escolha de local para receber presos políticos revolucionários de 1922 e 1924.

A primeira turma, de 250 presos, chegou ao agora também presídio político de Clevelândia, em 26 de dezembro de 1924, vindos do Rio, a bordo do Cuiabá.

Em 26 de janeiro chegaram 120 presos de Manaus. E logo depois mais 577, dos que haviam sido aprisionados no combate de Catanduvas, na Revolução de 1924.

O número total de presos políticos e comuns atingiu 1.630, segundo o prisioneiro paulistano Manoelzinho dos Santos, que ali passou a residir depois de anistiado.

Após a chegada dos presos de Catanduvas, minguou o fluxo migratório para o local e aumentou o dele para outros locais, inclusive de muitos colonos já estabelecidos. E isto coincidiu com uma violenta e espantosa epidemia de disenteria bacilar, que vitimou muitos presos e colonos.

A partir daí entrou em colapso o projeto da Colônia Agrícola de Clevelândia e os seus objetivos de resguardo da soberania brasileira naquela fronteira.

Em 3 de julho de 1927, o General Rondon enviou de Clevelândia telegrama do seguinte teor ao senador Miguel Calmon:

“Recebi nesta primeira célebre Colônia Agrícola telegrama com que V. Excia me honrou. Aqui estou desde 25 de junho de 1927, onde estabeleci meu Quartel General de Inspeção de Fronteiras. Levo impressão de que tudo está feito, o clima estável e regular.

Os palúdicos (atacados de impaludismo) existentes foram trazidos dos seringais, e a população aqui localizada goza saúde. Convém insistir em fixar trabalhadores nestas fronteiras (o grifo é nosso), para evitar se percam tantos esforços e dinheiro despendidos.

Sem tenaz persistência não se alcançará a vitória. Afetuosas saudações – General Cândido Mariano Rondon”.

Com a Revolução de 30 e conseqüente anistia para os presos, a Colônia Agrícola de Clevelândia fracassou.

Cooperou para este insucesso a criação, por esta época, da Fordlândia, por Henry Ford, no Vale do Tapajós.